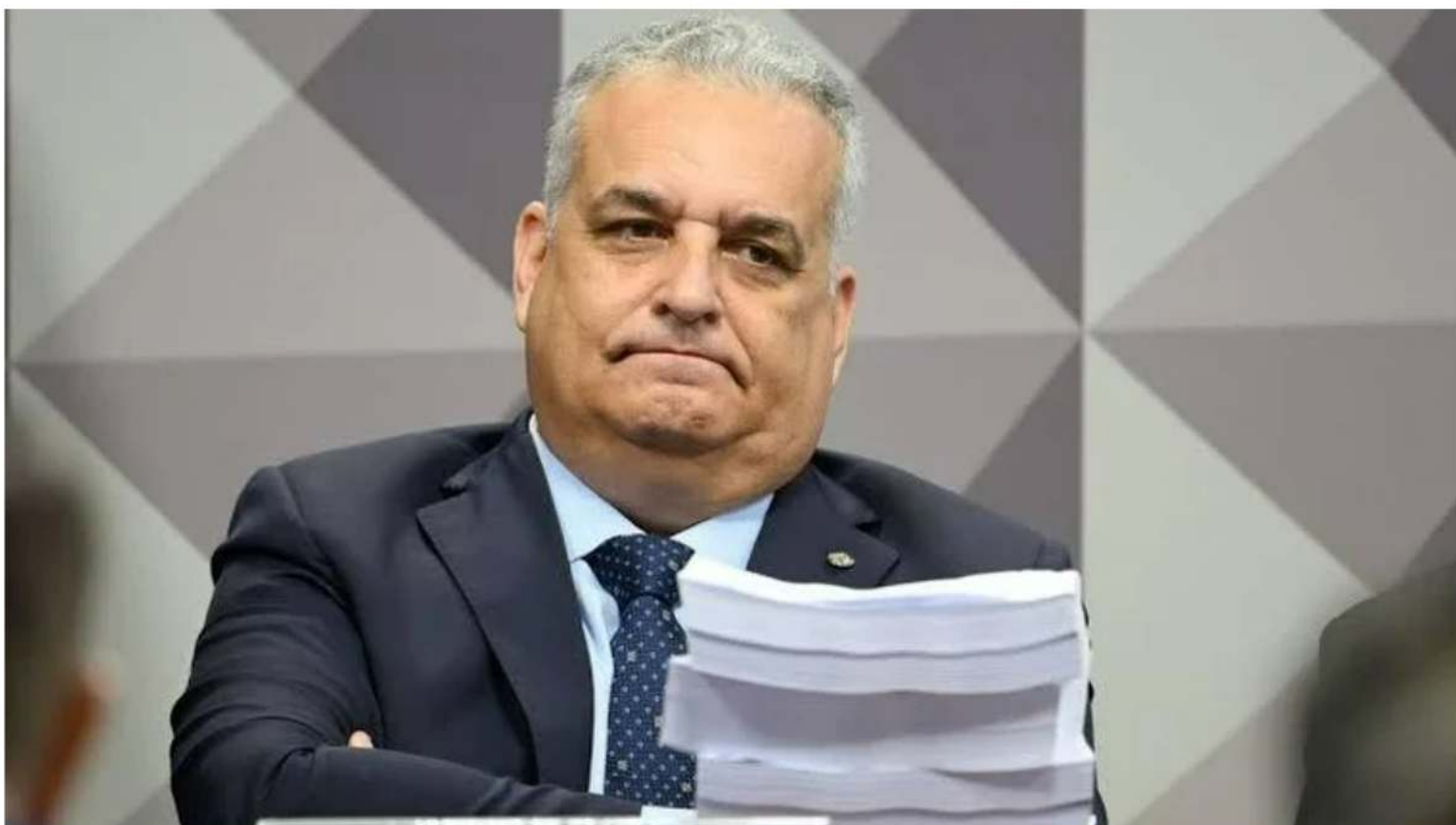


POLÊMICA – Alfredo Gaspar afirma que disputa entre PF e André Mendonça busca proteger Lulinha em investigação do INSS



JHC X IMPRENSA

**TRE mantém ação contra
jornalista Bleine Oliveira e rejeita
preliminares da defesa**



SEGREDO

**PT ganha força na
disputa pela vice de
Renan Filho, mas MDB
mantém decisão em
sigilo**



DE OLHO

**PGE barra patrocínio
de R\$ 55 mil da Setur
por possível violação
à legislação eleitoral**



FATOS

Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO



LIDERANÇA FORTE

O empresário e líder político Fernando Pichilau vem se destacando no município de Rio Largo. Embora tenha sido vereador em Messias, sempre manteve residência e atuação política em Rio Largo. Com histórico de serviços prestados à cidade, ele vem conquistando o reconhecimento e o carinho da população, que demonstra apoio ao seu trabalho e dedicação.

SINAL DE ALERTA

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu um alerta de perigo potencial para baixa umidade do ar em 16 municípios do Sertão de Alagoas. O aviso começa às 10h30 deste domingo (2) e permanece válido até as 22h do mesmo dia.

RESTITUIÇÃO GARANTIDA

Quase 3 milhões de contribuintes vão receber o terceiro lote de restituição do Imposto de Renda de 2026. Ao longo do dia, a Receita Federal liberará R\$ 4,61 bilhões para 2.743.200 declarantes.

CADASTRO ATUALIZADO

A Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (Semsc) realizou o censo dos ambulantes que atuam na calçada da orla marítima de Maceió, nos trechos de Jaraguá, Pajuçara e Ponta Verde. O levantamento tem como objetivo coletar informações para auxiliar no planejamento das ações de ordenamento, cadastramento e fiscalização da atividade.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:
REDACAO@REDEREPORTER.COM.BR
WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



Magnânima festa

"A Economia é a ciência severa da escassez. A política é a utopia alegre da abundância". Na manhã de 13 de agosto de 2025 (DIA DO ECONOMISTA), no majestoso Hotel Best Western Premier, encravado na belíssima Pajuçara, celebrou-se em grande estilo a efeméride tão esperada. Os Professores Marcos Antônio Moreira Calheiros - Presidente do CORECON - AL, Cleydner Marques de Magalhães de Magalhães Maurício - Vice-presidente e José Alex, Presidente do SINDECON-AL, foram os anfitriões da magnânima festa.

A Casa do Economista, instituiu a Comenda Celso Furtado, homenageando os professores: José de Melo Gomes, Carlos Bulhões, Silvio Costa, Dilmir Lopes Camerino, Laurentino Veiga, o Superintendente do BNB, Sidiney Reis, Cláudio Jorge, o empresário Luiz Jardim, bem como outros discípulos de Keynes.

A professora Branca Rosa Silveira de Mendonça

Fragoso, filha do imortal Paulo de Castro Silveira, recipiendária do Título, saudei-a como minha ex-professora da disciplina História do Pensamento Econômica da UFAL. Exaltei suas qualidades, influenciando-me a lecionar Formação Econômica do Brasil no CESMAC.

Compareceram à solenidade: o economista José Paulo Gabriel dos Santos - Presidente da JORGRAF, Ivaldo Pinto, Braga Lyra, os advogados Arnaldo Calheiros e Marquinhos Calheiros. A empresária Cristina Jardim (agraciada com a Comenda Celso Furtado), Simone Craveiro (também agraciada), o jornalista Edmilson Teixeira, da Tribuna Independente, fez excelente cobertura, corando a Coluna de Elenilson Gomes.

Enfatizo o Conselho Regional de Economia (Cofecon), criado pela Lei n 1.411, de 13 de agosto de 1951, em pleno governo constitucionalista de Getúlio Vargas. Congrega a categoria em todo quadrante

nacional. Fiscaliza a profissão quer na área pública, quer na área privada. Promove o mercado, ajudando a encontrar meios a fim de facilitar a vida dos discípulos de Keynes.

Dir-se-ia que o Economista atua no mundo globalizado. Isto é, na área bancária, no setor produtivo, faz perícia econômica, dentre outras tantas relevantes atribuições. Lecionar Economia é uma delas, no meu caso, atuei como professor por várias décadas no CESMAC. Deve-se ressaltar que se destaca pela performance acadêmica exigida.

O Gerente Geral do Hotel Premier, Manoel Jucá, além de ter sido homenageado com a própria Comenda Celso Furtado, prestou com sua fidalguia excelente ajuda. Marcos Calheiros, por sua vez, fez emocionado discurso agradecendo a presença de todos. Comanda a categoria com o brilhantismo que lhe é peculiar. VIVA A MAGNÂNIMA FESTA!



FIFA Abre Investigação contra Seleção Argentina por Incidentes Durante a Copa do Mundo de 2026

O Comitê Disciplinar da FIFA deu início a uma investigação envolvendo a seleção argentina, abrangendo uma série de incidentes ocorridos durante a Copa do Mundo de 2026. Entre as principais questões que serão apuradas estão a agitação na final do torneio contra a Espanha, assim como cânticos e gestos considerados discriminatórios por parte dos jogadores argentinos.

Estes eventos recentes levantaram preocupações significativas dentro da entidade máxima do futebol, que já havia anunciado a intenção de examinar a confusão que eclodiu durante a decisiva partida. Entre os jogadores citados nas denúncias estão Leandro Paredes, Nahuel Molina, Thiago Almada e Roberto Ayala, que atua como auxiliar técnico na comissão comandada por Lionel Scaloni. Além disso, a FIFA

também decidiu incluir o jogador Gavi na investigação, após a identificação de sua participação nos conflitos.

A situação se torna ainda mais crítica à medida que a repercussão dos comportamentos dentro de campo tem o potencial de impactar a imagem da seleção e a integridade do torneio. Cânticos que denotam preconceito e gestos ofensivos foram gravemente comentados nas redes sociais, gerando um desgaste à reputação da equipe na comunidade esportiva.

Os detalhes desse processo disciplinar poderão acarretar em penalizações para a seleção argentina, afetando não apenas a equipe atual, mas também as futuras competições em que a seleção venha a participar. A FIFA reiterou a importância de manter a dignidade e o respeito dentro do esporte, princípios fundamentais que

devem ser respeitados por todos os envolvidos, desde jogadores até torcedores. Este é um momento decisivo, e as próximas semanas poderão trazer desdobramentos significativos para o futebol argentino, especialmente em tempos onde o respeito à diversidade e à inclusão se torna cada vez mais vital no cenário esportivo global.

Em síntese, a investigação aberta pela FIFA representa um chamado à reflexão sobre o comportamento dentro do esporte, evidenciando que atitudes discriminatórias não têm espaço num mundo que busca ser cada vez mais inclusivo e respeitoso. Com o olhar da comunidade internacional sobre a seleção argentina, as próximas ações da entidade serão observadas atentamente tanto por torcedores quanto por críticos do futebol.

POLÊMICA

Alfredo Gaspar afirma que disputa entre PF e André Mendonça busca proteger Lulinha em investigação do INSS

O deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL) afirmou nesta quinta-feira (30) que o embate entre o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, e a cúpula da Polícia Federal (PF) em torno do acesso a documentos da investigação sobre fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) teria como finalidade proteger Fábio Luís Lula da Silva, conhecido como Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As declarações foram feitas por meio das redes sociais do parlamentar e em um vídeo publicado na internet. Segundo Gaspar, a Polícia Federal estaria recorrendo à Advocacia-Geral da União (AGU) para

impedir que André Mendonça tenha acesso imediato aos atos da investigação, o que, na avaliação do deputado, atrasaria o andamento das apurações.

“O objetivo é claro: tentam proteger o Lulinha, indiciado no meu relatório por envolvimento no esquema”, escreveu o deputado em uma publicação.

No vídeo, Alfredo Gaspar afirmou que a direção da Polícia Federal não aceitaria a atuação do ministro do STF na cobrança por maior celeridade nas investigações sobre os descontos fraudulentos aplicados contra aposentados e pensionistas do INSS.

“O que está por trás disso? É simples. A cúpula da Polícia Federal

não aceita que André Mendonça exija pressa nas investigações, que controle os atos da Polícia Federal para que nós tenhamos resultado efetivo e não haja proteção”, declarou.

Durante a gravação, o parlamentar voltou a citar Fábio Luís Lula da Silva como um dos investigados que, segundo ele, estariam sendo beneficiados pelo impasse institucional.

“Esse poderoso se chama Fábio Luís, o Lulinha, que foi indiciado no meu relatório com envolvimento no caso INSS”, afirmou.

Ao final da manifestação, Alfredo Gaspar prestou apoio ao ministro André Mendonça e defendeu o

aprofundamento das investigações. “Ministro André Mendonça, siga em frente. Tem mais gente poderosa que precisa pegar cadeia. O Brasil confia no senhor”, disse.

A declaração ocorre em meio à divergência entre o ministro do STF, a Polícia Federal e a Advocacia-Geral da União sobre o acesso a documentos relacionados às investigações das fraudes no INSS, discussão que vem gerando debates entre integrantes das instituições.

Até o momento, a Polícia Federal, a Advocacia-Geral da União e Fábio Luís Lula da Silva não haviam se manifestado sobre as declarações do deputado federal.

INVESTIGAÇÃO

TRE manda repetir tentativa de citação do perfil @Alo_Noticias em ação eleitoral

A Federação União Progressista ingressou com uma representação no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) para tentar impedir a divulgação de uma pesquisa eleitoral registrada sob o número AL-06488/2026, que mede as intenções de voto para os cargos de governador e senador no estado. A ação tem como alvos o Instituto Ranking de Pesquisa Ltda. e a Barros Melo Comunicação Ltda., responsável pelo portal Cadaminuto.

Na ação, a federação sustenta que o registro da pesquisa não foi complementado com todas as informações exigidas pela Resolução nº 23.600/2019 do Tribunal Superior Eleitoral. Entre

as supostas irregularidades apontadas está a ausência da delimitação dos bairros ou das áreas efetivamente pesquisadas, além da composição final da amostra quanto ao gênero, idade, escolaridade e nível econômico dos entrevistados.

A União Progressista também argumenta que o documento referente à amostragem foi assinado antes mesmo do início das entrevistas, circunstância que, segundo a representação, impossibilitaria que ele refletisse os dados efetivamente coletados durante a pesquisa. A legenda afirma ainda que o prazo legal para complementar essas informações expirou sem que as pendências fossem sanadas, motivo pelo qual a sondagem não poderia ser considerada regularmente registrada perante a Justiça Eleitoral.

Segundo o processo, apesar das supostas irregularidades, os resultados já haviam sido divulgados pelo portal Cadaminuto, tanto em seu site quanto por meio do perfil @portalcadamin no Instagram. Diante disso, a federação pede que o TRE suspenda imediatamente a divulgação da pesquisa em todos os meios de comunicação e determine a

retirada das publicações já realizadas, sob pena de multa diária.

No mérito, a União Progressista requer que a Justiça Eleitoral reconheça que a pesquisa não atende aos requisitos legais e aplique multa de até R\$ 106.410,00, individualmente, ao Instituto Ranking de Pesquisa e à Barros Melo Comunicação Ltda. Também solicita que sejam obtidas informações junto ao Facebook e ao responsável pelo domínio do Cadaminuto sobre o alcance das publicações relacionadas ao levantamento.

Ao analisar o pedido liminar, o relator do processo, desembargador Maurício Cesar Breda Filho, observou que a legislação eleitoral exige transparência e rigor técnico na divulgação de pesquisas, justamente para evitar que levantamentos sem respaldo metodológico possam influenciar indevidamente o eleitorado. O magistrado registrou ainda que o Instituto Ranking permaneceu inerte após ser intimado a se manifestar sobre as alegações apresentadas pela federação. A análise do pedido de tutela de urgência prossegue no âmbito do TRE-AL.

JHC X IMPRENSA

TRE mantém ação contra jornalista Bleine Oliveira e rejeita preliminares da defesa

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) decidiu manter o andamento da ação movida pela Federação PSDB/Cidadania contra a jornalista Bleine Oliveira, rejeitando as preliminares apresentadas pela defesa e reconhecendo a competência da Justiça Eleitoral para julgar o caso. A informação foi publicada no Diário Oficial do órgão nesta sexta-feira, 31.

A representação foi proposta sob a alegação de que um vídeo publicado pela jornalista em seu perfil no Instagram configuraria propaganda eleitoral antecipada negativa contra o ex-prefeito de Maceió e pré-candidato ao Governo de Alagoas, João Henrique Caldas (JHC). Segundo a federação, a

publicação atribui ao político a prática de censura contra jornalistas e associa sua imagem à ocultação de supostos "malfeitos" relacionados aos investimentos do Instituto de Previdência de Maceió (Iprev) no Banco Master. A legenda também sustentou que o conteúdo extrapola os limites da crítica política ao encerrar a mensagem com a expressão "quem deve, treme".

No processo, a defesa de Bleine Oliveira alegou que a Justiça Eleitoral seria incompetente para analisar o caso, por entender que a publicação tratava do exercício da liberdade de imprensa e do direito de crítica jornalística, sem pedido de voto ou referência direta às eleições. Também questionou a

legitimidade da Federação PSDB/Cidadania para ajuizar a ação.

Ao analisar as preliminares, o relator rejeitou ambos os argumentos. Na decisão, afirmou que a publicação faz referência direta a um pré-candidato ao Governo de Alagoas e, por isso, pode produzir reflexos no processo eleitoral, atreindo a competência da Justiça Eleitoral. O magistrado também reconheceu que as federações partidárias possuem legitimidade para propor ações em defesa da regularidade da disputa e da imagem de seus pré-candidatos.

O processo segue agora para análise do mérito, quando o TRE decidirá se a publicação caracteriza propaganda eleitoral

antecipada negativa ou se está protegida pelas garantias constitucionais da liberdade de expressão, da atividade jornalística e do direito de crítica.

Antes dessa decisão, o relator havia deferido parcialmente um pedido liminar para determinar a remoção do vídeo publicado no Instagram, fixando multa diária de R\$ 5 mil em caso de descumprimento. O pedido para suspensão do perfil da jornalista, contudo, foi negado por ser considerado medida desproporcional naquele momento processual. O Facebook informou ao TRE que cumpriu a ordem judicial de indisponibilização do conteúdo.

RUSGA ELEITORAL

JHC e MDB voltam a se enfrentar no TRE em ação da pré-campanha eleitoral

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) pautou para julgamento um novo embate judicial entre o ex-prefeito de Maceió e pré-candidato ao Governo de Alagoas, João Henrique Caldas (JHC), e o diretório estadual do MDB. O recurso será analisado em sessão virtual com início previsto para o dia 10 de agosto.

De acordo com a publicação no Diário da Justiça Eletrônico, a ação tem como requerente João Henrique Holanda Caldas e como parte requerida o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O processo tramita na classe de representação eleitoral e será apreciado pelo Tribunal em ambiente virtual, conforme as regras do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

A intimação de pauta foi expedida pela Secretaria Judiciária do TRE-AL, informando que o julgamento terá duração de dois dias corridos. Durante esse período, as partes habilitadas poderão apresentar

sustentações orais por meio eletrônico, desde que observados os prazos previstos na regulamentação da Corte.

O novo processo reforça a disputa judicial travada entre JHC e o MDB em meio à pré-campanha das eleições de 2026. Nas últimas semanas, os dois lados têm recorrido com frequência à Justiça Eleitoral em ações envolvendo propaganda eleitoral e outros atos relacionados ao período pré-eleitoral.

O mérito do recurso ainda será apreciado pelos magistrados do TRE-AL durante a sessão virtual designada para o próximo dia 10 de agosto.

SEGREDO

PT ganha força na disputa pela vice de Renan Filho, mas MDB mantém decisão em sigilo

A poucos dias da convenção estadual do MDB, marcada para 5 de agosto, permanece indefinida a composição da chapa que será liderada pelo senador Renan Filho (MDB) na disputa pelo Governo de Alagoas. Enquanto a direção emedebista evita antecipar qualquer decisão, o PT intensifica as articulações para conquistar a vaga de candidato a vice-governador.

A legenda, comandada em Alagoas pelo deputado estadual Ronaldo Medeiros, sustenta que a participação na chapa majoritária fortalecerá a aliança com o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nos bastidores, dirigentes petistas avaliam que a composição reforçaria o discurso adotado por Renan Filho durante a pré-campanha, marcado por demonstrações públicas de alinhamento ao governo federal.

Entre os nomes mencionados para representar o PT estão o próprio Ronaldo Medeiros, o ex-deputado estadual Judson Cabral e Dafne Orion, que já integrou as articulações do MDB na eleição municipal de Maceió em 2024.

Nos partidos aliados, no entanto, há quem defenda um

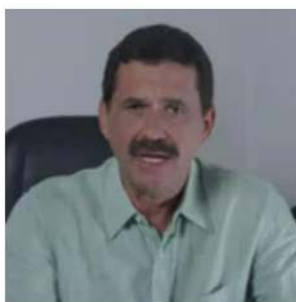
perfil diferente para a vaga. A avaliação é de que o vice ideal deveria possuir forte presença eleitoral em Maceió, onde o grupo político dos Calheiros historicamente enfrenta maior resistência. Esse fator é considerado estratégico para ampliar o desempenho da chapa na capital.

Nesse contexto, o senador Davi Davino Filho (Republicanos), pré-candidato à reeleição ao Senado, continua sendo apontado por alguns aliados como um nome capaz de agregar votos. Apesar disso,

interlocutores das negociações consideram remota, neste momento, uma composição entre os dois grupos políticos.

Sem confirmar nomes ou prazos para o anúncio, o MDB mantém as conversas reservadas. A expectativa é de que a definição sobre o candidato a vice ocorra apenas durante a convenção estadual da legenda, quando também serão homologadas as candidaturas ao Governo, ao Senado e aos cargos proporcionais.

RIVALIDADE

Marlan Ferreira responsabiliza Antônio Albuquerque por suposta agressão a vereador e pede rigor nas investigações

O prefeito de Limoeiro de Anadia, Marlan Ferreira, responsabilizou publicamente o deputado estadual Antônio Albuquerque pela suposta agressão sofrida pelo vereador de Anadia, Carlos Aliberto dos Santos. Em manifestação divulgada nas redes sociais nesta quinta-feira (30), o gestor classificou o episódio como grave, prestou solidariedade ao parlamentar e defendeu uma investigação rigorosa para esclarecer o caso.

No pronunciamento, Marlan Ferreira afirmou não poder permanecer em silêncio diante do ocorrido e disse considerar o episódio incompatível com os princípios da democracia e do respeito entre representantes públicos. Segundo ele, quando um vereador é alvo de violência, toda a representação popular é atingida.

O prefeito também manifestou apoio ao vereador Carlos Aliberto, aos familiares e a todos que defendem o diálogo como instrumento da atividade política. Ele declarou confiar que os órgãos competentes conduzirão as investigações com rigor e que os responsáveis serão devidamente responsabilizados, caso as acusações sejam comprovadas.

Ao comentar o caso, Marlan Ferreira destacou a

ligação histórica entre Limoeiro de Anadia e Anadia e afirmou que o mandato de qualquer representante político pertence ao povo, que deve exercer livremente o direito de escolher seus líderes, sem intimidação ou violência.

Na parte final da manifestação, o prefeito criticou o que chamou de "política do medo" e defendeu que esse modelo deve ficar no passado. "Alagoas merece paz, respeito e uma política comprometida com o desenvolvimento, a democracia e o bem-estar da nossa gente", declarou.

O caso é investigado pela Polícia Civil de Alagoas. Conforme relatos da família do vereador, Carlos Aliberto teria sido agredido durante uma reunião realizada em um escritório utilizado pelo deputado Antônio Albuquerque, em Maceió.

DE OLHO

PGE barra patrocínio de R\$ 55 mil da Setur por possível violação à legislação eleitoral

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) barrou a concessão de um patrocínio de R\$ 55 mil que seria destinado pela Secretaria de Estado do Turismo (Setur) ao evento "Princípios Tour – Rodada de Negócios", previsto para ocorrer entre os dias 3 e 6 de agosto.

A decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado desta sexta-feira (31) e tem como fundamento a legislação eleitoral, que restringe a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública

durante o período que antecede as eleições.

No parecer, a Assessoria Especial da PGE concluiu que o processo não apresenta elementos suficientes para demonstrar a equivalência econômica entre o investimento público de R\$ 55 mil e as contrapartidas que seriam oferecidas ao Estado. Diante dessa ausência de comprovação, a Procuradoria entendeu que não era possível afastar a incidência do artigo 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997, que estabelece restrições à atuação

dos agentes públicos em período eleitoral.

Com base nesse entendimento, o procurador rejeitou parecer anterior que havia considerado juridicamente viável a celebração do patrocínio. Também descartou a possibilidade de suspender a análise para eventual autorização após o período eleitoral, já que o evento está programado para ocorrer entre os dias 3 e 6 de agosto, quando a vedação permanece em vigor.

Ao final, a PGE determinou o retorno do processo à Secretaria

de Estado do Turismo para arquivamento, inviabilizando a transferência dos recursos públicos ao evento.

A decisão reforça o rigor adotado pela Procuradoria na análise de despesas e ações promocionais da administração estadual durante o período eleitoral, quando a legislação impõe restrições destinadas a preservar a igualdade de oportunidades entre os candidatos e evitar o uso da máquina pública em benefício político.

DIREITOS

Procon de Maceió multa Hapvida em R\$ 28 mil por infração ao Código de Defesa do Consumidor

O Procon Maceió aplicou multa de R\$ 28 mil à Hapvida Assistência Médica S.A. por descumprimento de normas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). A penalidade foi publicada na edição desta sexta-feira (31) do Diário Oficial do Município.

De acordo com a decisão, a sanção foi aplicada após a conclusão do Processo Administrativo nº

23.02.00695001-0017-001.

do consumidor afirma que a empresa apresentou defesa durante a tramitação do procedimento, mas os argumentos não foram suficientes para afastar as irregularidades constatadas na investigação administrativa.

No despacho, o Procon informa que a multa foi fixada em R\$ 28 mil com fundamento no Decreto Federal nº

2.181/1997, que regulamenta o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e autoriza os órgãos de proteção a fiscalizar e aplicar sanções administrativas em casos de violação ao Código de Defesa do Consumidor.

A publicação do Diário Oficial não detalha qual foi a conduta atribuída à operadora de planos de saúde nem a natureza da reclamação que deu origem ao processo administrativo. Também não informa se ainda cabe recurso administrativo contra a decisão.



detran.al.gov.br

AMARELINHA 2 NÃO DÁ PRA ES

Acesse agora. Veículo
o licenciamento. 

O pagamento da Amarelinha é obrigatório e **SÓ É REALIZADO** através
do **site oficial: detran.al.gov.br**

É só entrar, baixar a guia e pagar. **O Detran-AL não envia boleto.**

Ah, e quando estiver por lá, aproveite e emita também sua guia do **IPVA**.

Assim, você resolve tudo de uma só vez. Cuidado com golpes, **boleto só no site.**

025. JÁ PAGOU? QUECER.

legal só com



DETRAN·AL

Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas



Trabalho e ❤️

FINANÇAS

Despesas públicas de Alagoas chegam a R\$ 11,6 bilhões em 2026 e equivalem a 12,5% do PIB estadual



As despesas públicas primárias do Governo de Alagoas somaram R\$ 11,6 bilhões entre 1º de janeiro e 29 de julho de 2026, segundo levantamento da plataforma Gasto Brasil, mantida pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) em parceria com a Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

De acordo com os dados, o volume de gastos corresponde a aproximadamente 12,5% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual estimado em R\$ 89,7 bilhões e representa uma

despesa média de cerca de R\$ 3,6 mil por habitante no período.

No cenário nordestino, as despesas públicas estaduais acumuladas chegaram a R\$ 200 bilhões. A Bahia lidera o ranking regional, com R\$ 48 bilhões em gastos, seguida por Pernambuco, com R\$ 33,1 bilhões, e Ceará, com R\$ 28,9 bilhões.

Quando o critério é o gasto por habitante, Sergipe registra o maior valor da região, com aproximadamente R\$ 5,1 mil por pessoa. Na outra ponta aparece o

Maranhão, com cerca de R\$ 3,1 mil per capita. Alagoas figura em posição intermediária, com média de R\$ 3,6 mil por morador.

Para o presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas (Federalagoas), Kennedy Calheiros, a divulgação dos números fortalece a transparência da administração pública e amplia a participação da sociedade no acompanhamento dos gastos governamentais.

"Podemos interferir e sugerir, por meio dessa plataforma, onde os

investimentos são necessários nos gastos públicos para que o nosso país continue a crescer. A segunda vantagem, muito bem-vinda, é a transparência. Nós sabemos quanto custa cada coisa", afirmou.

A plataforma Gasto Brasil reúne informações sobre despesas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, permitindo o acompanhamento da evolução dos gastos públicos, do funcionalismo e dos investimentos realizados pelos entes federativos.

INVESTIMENTOS

Nordeste Capta R\$ 51 Bi em Investimentos com 41 Projetos em Foco, Promovendo Desenvolvimento e Emprego na Região



Recife, Pernambuco – Recentemente, a Chamada Nordeste ganhou destaque ao reunir 41 projetos em fase de desenvolvimento, totalizando um expressivo montante de R\$ 51 bilhões em investimentos. O anúncio foi feito durante a 7ª reunião do Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais (CORIFF), realizada na sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Francisco Alexandre, superintendente da Sudene, enfatizou a importância desse portfólio de projetos, que evidencia a robustez do setor produtivo nordestino. Segundo ele, essa capacidade de estruturação de empreendimentos que buscam

financiamento público é um indicativo promissor para o futuro da região. "Nosso compromisso é acompanhar e viabilizar a execução dessas iniciativas, sempre com foco no desenvolvimento e na geração de emprego e renda", afirmou Alexandre, destacando a relevância dos investimentos.

No cerne do encontro, as instituições financeiras federais, que compõem o CORIFF, compartilharam atualizações sobre os projetos que estão gerenciando. Um dos destaques foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que anunciou a aprovação de um financiamento de R\$ 505 milhões para a construção de uma biorrefinaria na Bahia. Esse é o primeiro contrato firmado no âmbito da Chamada Nordeste. Maria Fernanda Coelho, diretora de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas do BNDES, ressaltou que, até o momento, o banco já realizou 45 atendimentos relacionados à iniciativa, mantendo uma carteira de operação que supera R\$ 360 milhões.

Além do BNDES, o Banco do Brasil revelou ter aprovado 189 projetos que estão em fase de

negociação, enquanto a Caixa Econômica Federal apresentou o status de 11 projetos apoiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Destes, um está em estruturação, um em consulta prévia e nove em análise. O Banco do Nordeste também se destacou, informando que, dentro dos R\$ 52,6 bilhões programados para este ano no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), R\$ 26,2 bilhões já foram contratados.

Em suma, a Chamada Nordeste, que foi lançada em maio de 2025, visa mobilizar investimentos industriais nos nove estados da região, fomentando áreas como transição energética, hidrogênio verde, bioeconomia e indústria automotiva. O esforço é conjunto, envolvendo a Sudene, o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, a Finep e o Consórcio Nordeste. Com 245 projetos cujos investimentos potenciais somam R\$ 127,8 bilhões, as perspectivas para o Nordeste são promissoras e extremamente relevantes para o desenvolvimento da economia regional.

ENCONTRO

Governador recebe ministra Fernanda Machiaveli para discutir reforma agrária em Alagoas

O governador Paulo Dantas recebeu a ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiaveli, nesta quinta-feira (30), para discutir ações voltadas ao assentamento de famílias acampadas nos complexos Laginha e Guaxuma. O encontro, realizado no Palácio República dos Palmares, envolveu representantes de nove organizações sociais do campo, permitindo a apresentação de uma pauta coletiva.

A ministra sinalizou a intenção de assentar os trabalhadores por meio do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF), usando recursos do Fundo de Terras e Reforma Agrária. Eles também podem ser assentados via Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio do sistema de obtenção

de 7 mil hectares em áreas situadas dentro e fora das indústrias do antigo Grupo João Lyra.

"Todos sabemos do potencial da atividade agropecuária que é promovida pela agricultura familiar e pelos movimentos sociais. Então, é importante ouvi-los e buscar caminhos para resolução de conflitos", declarou o governador Paulo Dantas.

O governador também anunciou a retomada do Comitê Integrado de Mediação de Interesses e Questões Agrárias. Ele informou que se reuniu com o presidente do Tribunal de Justiça, Fábio Bittencourt, para tratar do encaminhamento de processos de desapropriação para a Comissão de Soluções Fundiárias, até que o plano de realocação das famílias, que será elaborado pelo Ministério

Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), seja executado.

"Precisamos encaminhar ao Tribunal de Justiça nossas propostas para resolver os problemas. O que todos queremos é uma solução pacífica para que as famílias possam ser assentadas com toda segurança jurídica para produzir. E nós chegamos a um bom entendimento porque temos ofertas de áreas e recursos disponíveis para aquisição, atendendo às demandas apresentadas pelas organizações", afirmou a ministra Fernanda Machiaveli.

A reunião contou com a presença de representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Frente Nacional de Luta (FNL), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Movimento

Popular de Luta (MPL), Movimento Via do Trabalho (MVT), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento Terra Livre, Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

Também estiveram presentes o secretário de Agricultura e Pecuária, Marcelo Melo; a secretária da Fazenda, Renata Santos; a procuradora-geral do Estado, Samya Suruagy; o ex-deputado federal Paulão; o diretor-presidente do Iteral, Jaime Silva; o diretor-presidente da Emater Alagoas, Ronaldo Targino; o superintendente do MDA em Alagoas, Gilberto Coutinho; o presidente nacional do Incra, César Aldrighi; além de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

BRASIL

Caixa Econômica Federal Liberará Lucro do FGTS para Trabalhadores; Entenda Como Usar o Dinheiro para Reduzir Financiamentos Imobiliários



A Caixa Econômica Federal está prestes a realizar um importante depósito para os trabalhadores, referente a parte do lucro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A estimativa é de que esse valor seja disponibilizado nas contas vinculadas até a próxima semana, o que possibilitará aos trabalhadores utilizá-lo para amortizar, reduzir ou até liquidar as parcelas de financiamentos imobiliários.

O montante em questão, que totaliza cerca de R\$ 13,042 bilhões, será distribuído proporcionalmente entre os cotistas assim que a resolução do Conselho Curador for publicada no

Diário Oficial da União. A Caixa prevê que o depósito aconteça antes do prazo final, que expira em 31 de agosto. Este valor representa aproximadamente 89% do lucro do FGTS, que foi de R\$ 14,7 bilhões no ano passado.

Com essa distribuição, o rendimento total do FGTS para 2025 alcançará 6,90%, superando a inflação medida pelo IPCA, que se fechou em 4,26%. Assim, o ganho real para os trabalhadores que mantiverem seus saldos no fundo será em torno de 2,53%. Esse lucro se agrega ao saldo já existente na conta do trabalhador, mas deve ser utilizado conforme as regras estabelecidas pela legislação do FGTS.

As opções para utilização do saldo incluem a liquidação das parcelas finais do financiamento, a amortização de até 80% das 12 próximas prestações e a redução do saldo devedor. Os trabalhadores podem, por exemplo, usar o valor para diminuir o número de parcelas restantes ou para aliviar os custos mensais de aquisição de imóvel.

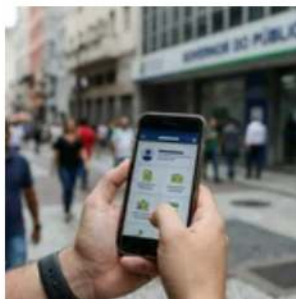
Entretanto, é fundamental considerar que a utilização do FGTS deve ser feita com cautela. O especialista em finanças Danilo Jusan alerta que, ao decidir usar o FGTS, é preciso comparar o rendimento do fundo com o custo do financiamento. Financiamentos imobiliários

normalmente apresentam taxas de juros superiores a 9% ao ano, tornando vantajoso o uso do FGTS para amortização.

Além disso, o FGTS também serve como uma reserva de emergência, sendo essencial que os trabalhadores mantenham parte do saldo guardada para eventuais imprevistos, como demissões. É importante destacar que o lucro que será creditado nas contas dos trabalhadores não pode ser retirado integralmente, mas será somado ao saldo que pode ser utilizado nas situações especificadas pela lei, como na compra de um imóvel ou em casos de demissão sem justa causa.

BRASIL

GOV.BR Facilita Acesso: Emissão de 13 Certidões Públicas Online na Palma da Mão dos Brasileiros



Em um mundo cada vez mais digital, o acesso a documentos essenciais passou a ser facilitado por meio de plataformas online. Nesse contexto, o serviço GOV.BR se destaca ao oferecer a função "Baixar Certidões", que permite a emissão de uma variedade de 13 documentos públicos. A iniciativa visa centralizar e simplificar o acesso a certidões, comprovantes e carteiras, tudo em um único local, promovendo mais eficiência para os cidadãos brasileiros.

Para aproveitar essa funcionalidade, o usuário precisa apenas realizar login

na plataforma GOV.BR, acessível tanto via aplicativo quanto por computador. Após a autenticação, é simples navegar até os atalhos disponíveis e selecionar as certidões desejadas para download.

Dentre os documentos oferecidos, um dos mais relevantes é a Certidão de Pessoa com Deficiência (PcD). Este documento não apenas facilita o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), mas também serve como um importante comprovante para promover a inclusão em diversas políticas públicas, como bolsas em universidades e programas de apoio a empresas. Outro destaque é a Certidão de Cadastro Único, uma ferramenta imprescindível para aqueles que participam de programas sociais como o Bolsa Família, e que buscam isenção de taxas em concursos públicos ou outras vantagens, como o acesso à ID Jovem e à Carteira do Idoso.

Além disso, a Certidão de Quitação Eleitoral, que comprova a regularidade do

eleitor nas últimas eleições, é um documento fundamental. Estar em conformidade com a Justiça Eleitoral é um requisito para quem deseja se inscrever em concursos públicos ou assumir cargos nos serviços públicos.

Hoje, o GOV.BR mobiliza uma base impressionante de mais de 178 milhões de usuários, disponibilizando mais de cinco mil serviços digitais. Essa transformação digital não apenas moderniza a relação entre o cidadão e o estado, mas também garante maior transparência e acessibilidade no acesso a direitos e serviços públicos.

Entre os documentos disponíveis no GOV.BR, destacam-se:

- Carteira Nacional de Vacinação
- Certidão de Cadastro Único
- Certificado de Antecedentes Criminais
- Certidão de Regularidade Fiscal para Pessoas Físicas e Jurídicas
- Consultas como a de CNPJ e Comprovante de Situação Cadastral no CPF
- Cartão Nacional de Saúde

INTERNACIONAL

EUA Consideram Novas Tarifas e Sancionam Brasil em Meio a Estratégias Políticas Eleitorais e Conflitos no STF

O governo brasileiro, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, expressou preocupação em relação a possíveis novas tarifas que poderiam ser impostas pelos Estados Unidos. Esse apreço surge após a prorrogação das avaliações do governo norte-americano sobre as relações comerciais com o Brasil.

Em junho do ano passado, a administração do então presidente Donald Trump havia implementado uma significativa tarifa de 40% sobre produtos brasileiros. Contudo, uma decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos, tomada em fevereiro deste ano, derrubou essa sobretaxa, afirmando que o

uso da lei vigente não era apropriado para implementar tarifas a parceiros comerciais. Isso significa que a recente prorrogação das avaliações, anunciada pela Casa Branca, não resulta, por enquanto, em nenhum efeito prático sobre as tarifas existentes.

Ainda assim, integrantes do governo brasileiro acreditam que os americanos poderão utilizar esses mecanismos para desencadear novas sanções. Uma das hipóteses discutidas é a possível reintrodução da chamada Lei Magnitsky, particularmente direcionada ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Vale lembrar que Moraes e sua

esposa, Viviane Barci de Moraes, estiveram na lista de sancionados pela Lei Magnitsky em julho do ano passado, mas foram posteriormente retirados em dezembro.

Um membro do governo brasileiro descreveu o decreto americano como uma "peça política eleitoral", insinuando que a medida faz parte de uma estratégia com o intuito de interferir no cenário eleitoral do Brasil. De acordo com essa análise, a atualização da legislação poderia ser utilizada para fundamentar uma narrativa que favorecesse novas avaliações desfavoráveis ao país.

Por fim, a renovação do decreto foi documentada no Federal

Register, o diário oficial do governo dos Estados Unidos. O texto repetiu as alegações que justificaram as sanções de 2025, incluindo denúncias relacionadas a restrições à liberdade de expressão, questões de transparência nos direitos humanos e a suposta perseguição política ao ex-presidente Jair Bolsonaro, além de críticas diretas a decisões do STF. Essa situação levanta preocupações sobre a dinâmica das relações entre Brasil e Estados Unidos, especialmente no que diz respeito ao comércio e à política externa.

BRASIL

BaaS no Brasil: Estratégias de Negócio Superam Licenças Próprias em Novo Cenário Regulatório

As empresas brasileiras estão repensando sua abordagem em relação a serviços financeiros, deixando de lado a meta de ter contas digitais e cartões próprios. Durante um painel realizado em São Paulo, especialistas do setor, incluindo executivos e advogados, indicaram que esse movimento reflete uma mudança significativa nas práticas de mercado. A conversa aconteceu durante

um evento promovido por um escritório de advocacia em parceria com uma associação que representa empresas de Banking as a Service (BaaS).

O modelo de BaaS permite que empresas ofereçam produtos financeiros, como contas e cartões, sem a necessidade de obter uma licença do Banco Central. Essa possibilidade tem sido atraente, mas, conforme observado pelos painelistas, muitas companhias usaram essa tática apenas para ostentar a ideia de ter seu "próprio banco", sem realmente colher benefícios diretos para o seu negócio.

Fernanda Rêgo, especialista jurídica de uma das participantes do evento, apontou que essa estratégia

revelou-se, em muitos casos, insustentável, superando o custo dos benefícios que uma marca própria poderia trazer. Em sua visão, o apelo por um modelo de banking próprio perdeu força nos últimos anos.

Uma reviravolta ocorreu com as novas exigências estabelecidas pelo Banco Central nos últimos dezoito meses, que passaram a demandar um maior controle sobre as contratações envolvendo o modelo de BaaS. A Resolução Conjunta nº 16, publicada em novembro de 2025, trouxe um novo marco regulatório que esclarece as obrigações de prestadores e tomadores de serviços, além de aumentar a supervisão do BC sobre essas operações.

INTERNACIONAL

EUA Prorrogam Decreto de Emergência, Aumentando Tensão com Brasil e Suspeitas de Interferência nas Próximas Eleições

O governo brasileiro, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está em alerta após a prorrogação do decreto de emergência nacional dos Estados Unidos em relação ao Brasil. Esta medida, fundamentada na Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA), levanta preocupações sobre a possibilidade de novas sanções contra o país sul-americano. A prorrogação do decreto, que pode ser interpretada como um sinal de intenção política, reacende o debate sobre o impacto das relações comerciais e diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos.

Em junho do ano passado, o então presidente americano Donald Trump anunciou um aumento de 40% nas tarifas sobre

produtos brasileiros, uma decisão que gerou descontentamento e impactos econômicos. Contudo, essa sobretaxa foi invalidada em fevereiro de 2023 pela Suprema Corte dos EUA, que considerou inadequado o uso da referida lei para penalizar parceiros comerciais. Mesmo assim, a atual administração americana, ao renovar o decreto, pode estar preparando o terreno para futuras ações que poderiam abarcar a aplicação da controversa Lei Magnitsky. Essa legislação permite a imposição de sanções a indivíduos envolvidos em graves violações de direitos humanos, e o ministro do Supremo Tribunal Federal brasileiro, Alexandre de Moraes, é visto como um possível alvo.

Moraes, que já havia sido sancionado anteriormente pelo governo americano, teve suas restrições revogadas, mas a possibilidade de uma nova aplicação das sanções suscitou preocupações entre os integrantes do governo brasileiro. Uma análise interna sugere que esses movimentos possivelmente têm uma conexão com as próximas eleições no Brasil. Representantes do governo de Lula consideram que a prorrogação do decreto pode fazer parte de uma estratégia maior para influenciar o resultado eleitoral a favor de Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, que poderia ser um aliado próximo aos interesses dos EUA.

Além disso, recentes desavenças entre os dois países foram

culminadas pela negativa dos vistos a dois membros do Departamento de Estado americano pelo ministério das Relações Exteriores brasileiro. A decisão se baseou no temor de que os representantes americanos viessem ao Brasil com a intenção de questionar a integridade do sistema eleitoral.

O cenário delineado revela um clima de desconfiança e tensão nas relações entre Brasil e Estados Unidos, evidenciando não apenas as questões comerciais, mas também a influência política que poderá afetar o futuro do Brasil em um contexto global. A situação requer atenção redobrada do governo brasileiro, que busca equilibrar suas relações internacionais sem abrir mão de sua soberania política.

**"CAPACETE?
É AQUI PERTINHO"**

SEMANA NACIONAL
DE TRÂNSITO

**O TRÂNSITO
NÃO ACEITA
DESCULPAS**

**USE O CAPACETE
CORRETAMENTE**

